Quinta-Feira, 05 de Novembro de 2026

Em meio à crise do petróleo, países discutem, na Colômbia, caminhos para o fim do uso de combustíveis fósseis

Desenhar um caminho para o fim do uso de combustíveis fósseis. Essa é a proposta ambiciosa sugerida pelo Brasil durante a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), que volta a ser discutida agora, seis meses depois, na 1ª Conferência sobre a Transição para Longe dos Combustíveis Fósseis, em Santa Marta, na Colômbia.

O encontro, que se inicia na sexta-feira (24), reúne 45 países que representam um quinto da produção mundial de combustíveis fósseis e quase um terço do consumo, no momento em que o mundo passa por uma crise de oferta de petróleo, provocada pela guerra no Irã.

Anfitriã do evento, a ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia, Irene Vélez-Torres, aponta o momento do encontro como “mais do que oportuno”, porque as guerras no Oriente Médio “põem o tema da eliminação dos combustíveis fósseis novamente na crista da onda da geopolítica global”.

“Nossa máxima aspiração na conferência é essa: inclinar o mundo por uma geopolítica, um bloco, uma coalizão dos que têm vontade de eliminar os combustíveis fósseis. E, então, poder fazer um grupo não somente de países com vontade e setores com vontade, mas prontos para a ação. Acho que o mais importante do cenário de Santa Marta é que nunca houve um espaço dedicado aos países e aos setores que podem falar abertamente sobre o tema”, disse a ministra.

Estarão entre os participantes grandes produtores de petróleo como Austrália, Canadá, Noruega, Brasil e México, assim como países dependentes do carvão como Turquia e Vietnã. Tuvalu e outros Estados insulares representarão a defesa de sua sobrevivência e reparação. Países europeus como Alemanha, França e Reino Unido, que apostam nas energias renováveis mas são dependentes do petróleo, estarão lá. A Colômbia, grande exportadora de petróleo, divide a organização com a Holanda, que aposta em metas ambiciosas para a transição energética.

No entanto, a reunião acontece sem a presença de países fundamentais para a questão energética. Entre eles, os Estados Unidos de Donald Trump, que apostam todas as fichas no mercado de petróleo por meio da guerra e vêm desmontando as políticas para as energias renováveis. Arábia Saudita e Rússia também estarão ausentes. A China, que depende do petróleo, mas desponta no cenário global como a vanguarda das energias, também não mandará representantes. O **Brasil de Fato** perguntou à organização do evento se os países foram convidados, mas não obteve retorno até a publicação desta reportagem. O espaço segue aberto para inclusão de mais informações.

O evento, que irá reunir — além das delegações governamentais — especialistas, comunidades indígenas e tradicionais, cientistas e organizações internacionais, tem, entre as ambições, escrever o chamado “Mapa Internacional do Caminho para a Eliminação Total dos Combustíveis Fósseis”, proposta que teve apoio de 80 países durante a COP30, mas que não aparece em nenhum acordo final do encontro.

“O Mapa do Caminho faz parte de um processo. Nós não vamos chegar a uma solução que todo mundo vai achar que é ótima”, diz o presidente da COP30, André Corrêa do Lago, que pretende levar as propostas que saírem na Colômbia para a próxima COP, na Turquia. “Sentimos que há uma necessidade das pessoas poderem se expressar, dos países poderem se expressar, das companhias poderem se expressar, das cidades poderem se expressar sobre esse tema.”

Para essa mudança, a ministra colombiana defende que três pontos devem ser discutidos para uma real transição energética no mundo, principalmente para os países do Sul Global: a garantia de uma economia produtiva e não extrativista, a eliminação dos subsídios ao consumo e à produção de hidrocarbonetos e a reavaliação de dívidas externas para o financiamento das energias renováveis e da economia produtiva.

“É preciso pensar em outros esquemas econômicos e fazer um esforço para desenhar outros modelos produtivos”, disse Vélez-Torres, durante um encontro com a imprensa promovido pelo Observatório do Clima e o Infoclima, em março.

Sobre os subsídios, a ministra considera que eles trazem uma artificialidade ao mercado energético. “Temos a necessidade urgente de eliminar os subsídios que controlam o caráter artificial do mercado dos hidrocarbonetos. Nesse sentido, estamos, de maneira artificial, sustentando um modelo econômico absolutamente contaminado”.

Vélez-Torres aponta ainda que o peso financeiro da dívida externa dos países em desenvolvimento é “demasiadamente alto” e que deveria ser convertido para a transição. “Nossas economias extrativas ou produtivas não logram manter a sustentação de uma economia extrativa e o pagamento da dívida externa.”

De qualquer modo, os organizadores do encontro sabem que há muita resistência, inclusive por quem deseja lucrar com a crise ambiental. “No fundo, alguns setores estão apostando num cenário de mudança do clima grave. Os impactos da mudança podem provocar uma acentuação das injustiças sociais. Estão apostando nisso como algo que pode favorecê-los, o que é de um grau de imoralidade e amoralidade de difícil mensuração”, destacou o presidente da COP30, que classificou esse cenário como “uma nova Idade Média”. “Os ricos encastelados estarão protegidos da mudança do clima, e o resto da humanidade, sem ter como se defender dela.”

EUA apostam no curto prazo; China, no longo

A história das últimas décadas foi marcada por restrições drásticas de oferta de petróleo impulsionadas por conflitos no Oriente Médio. Os dois principais ocorreram em 1973 (Guerra do Yom Kippur) e 1979 (Revolução Iraniana).

O professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) Nivalde José de Castro lembra que esses choques provocaram os países a buscar soluções tecnológicas para as questões energéticas. “É o caso do etanol no Brasil e é o caso do gás natural. Até 1972, quando se descobria um poço de petróleo com gás, era um problema. Gás não tinha valor monetário”, diz.

O especialista aponta que os conflitos provocados pelos Estados Unidos, como a Guerra do Irã e o ataque à Venezuela, provocam um aumento de preços que interessa ao país de Donald Trump, detentor da maior reserva de petróleo do mundo. No curto prazo, o país deve levar vantagens com o aumento do petróleo e provocar uma série de problemas para a China, que depende fortemente, por exemplo, do Estreito de Ormuz para atender a suas demandas.



Usina solar experimental no distrito de Yanqing, em Pequim, capital da China | Crédito: Xinhua

O professor lembra, no entanto, que há alguns anos a China vem fazendo um movimento de diversificar os seus fornecedores de petróleo e gás natural, entre os quais a Rússia, que, por causa das sanções da Europa relacionadas à guerra na Ucrânia, firmou parceria estratégica com o governo chinês. Além disso, Castro destaca a aposta de longo prazo da China com seus planos quinquenais, cada vez mais voltados à transição energética.

“Os Estados Unidos estão investindo numa indústria madura que é mais barata, porque, em toda indústria madura, o custo já está amortizado. Uma indústria nascente é mais cara, mas a China tem uma escala de produção muito grande. Ela tende a reduzir custo”, aponta o professor. “Lá na frente, a China ganha essa corrida porque está criando novas cadeias produtivas.”

“Nestes termos, é previsível que a China vá acelerar ainda mais os investimentos em inovações tecnológicas, como o hidrogênio de baixo carbono, e em rotas tecnológicas maduras subordinadas ao processo de transição energética, como energia nuclear, usinas hidrelétricas reversíveis e centrais termoelétricas, entre outras. Todo o esforço será para reduzir o consumo de petróleo e gás natural na China e, consequentemente, a dependência de importações, em um mercado global cada vez mais influenciado e dominado pelos EUA”, escreveu Castro em artigo conjunto com o professor do Instituto de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Vitor Santos.

Para Castro, a China aposta na lógica da destruição criativa do economista austríaco Joseph Alois Schumpeter. Pela teoria, indústrias nascentes de novas tecnologias iniciam com produtos mais caros e, consequentemente, menos competitivos, requerendo políticas públicas de incentivos permanentes e planejados. “Assim, eu crio novas cadeias produtivas, gero novos empregos, novo desenvolvimento”, conclui.

BDF